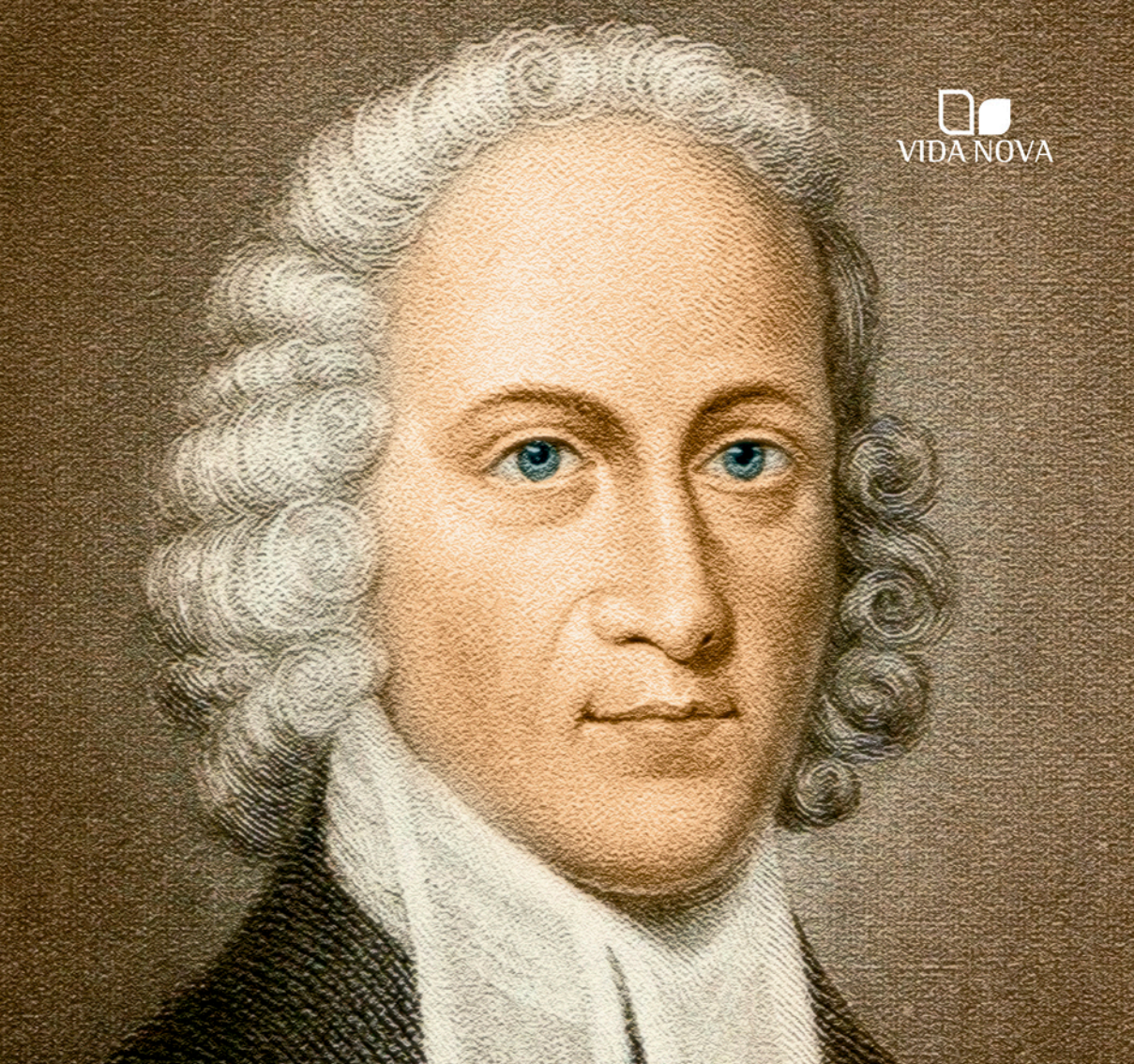




DUAS DISSERTAÇÕES

O FIM PARA O QUAL DEUS CRIOU O MUNDO
E A ESSÊNCIA DA VERDADEIRA VIRTUDE

Jonathan Edwards



Sumário



UMA DISSERTAÇÃO SOBRE O FIM PARA O QUAL DEUS CRIOU O MUNDO	9
<i>Prefácio do primeiro editor</i>	11
<i>Apresentação</i>	13
Introdução: Com explicações de termos e posicionamento geral.....	19
PRIMEIRA PARTE: Em que se considerar o que a razão ensina sobre essa questão	25
SEÇÃO 1 Observações gerais ditadas pela razão.....	27
SEÇÃO 2 Outras observações sobre as coisas que a razão nos leva a entender que Deus almejou ao criar o mundo.....	33
SEÇÃO 3 Em que consideraremos de que maneira Deus, à luz das coisas anteriormente mencionadas como fim último dele, manifesta a suprema e máxima consideração de si mesmo em todas as suas obras.	36
SEÇÃO 4 Algumas objeções que podem ser levantadas contra a razoabilidade do que foi dito acerca de Deus fazer de si mesmo o seu fim último.	42
SEGUNDA PARTE: Em que se discute o que se pode aprender das Sagradas Escrituras em relação ao fim último de Deus na criação do mundo	55
SEÇÃO 1 A Escritura apresenta Deus fazendo de si mesmo o seu fim último na criação do mundo.	57

SEÇÃO 2

Em que são apresentadas algumas posições concernentes a um método justo de argumentação em torno deste assunto, com base no que encontramos nas Sagradas Escrituras. 59

SEÇÃO 3

Textos particulares da Escritura que mostram que a glória de Deus é um fim último da criação do mundo. 63

SEÇÃO 4

Passagens das Escrituras que nos levam a supor que Deus criou o mundo para o seu nome, para tornar suas perfeições conhecidas, e que ele o fez para o seu louvor. 76

SEÇÃO 5

Passagens da Escritura a partir das quais é possível provar que a comunicação do bem à criatura era algo que Deus tinha em vista como um fim último da criação do mundo. 83

SEÇÃO 6

Onde se considera o que significam a glória e o nome de Deus na Escritura, quando expressos como os fins de Deus em suas obras. 88

SEÇÃO 7

Demonstrando que o fim último da criação do mundo é apenas um, e qual é esse fim. 97

UMA DISSERTAÇÃO SOBRE A NATUREZA DA VERDADEIRA VIRTUDE 105

Capítulo 1: Em que consiste a essência da verdadeira virtude. 107

Capítulo 2: Demonstração de como aquele amor em que consiste a verdadeira virtude respeita o ser divino e os seres criados 114

Capítulo 3: Sobre o tipo secundário e inferior de beleza 121

Capítulo 4: Sobre o amor-próprio e suas várias influências em causar amor pelos outros, ou o contrário 129

Capítulo 5: Da consciência natural e do senso moral 139

Capítulo 6: De certos instintos naturais que, em alguns aspectos, parecem virtude	146
Capítulo 7: As razões pelas quais muitos têm tomado por verdadeira virtude as afeições e os princípios anteriormente mencionados, conquanto desprovidos da própria essência da virtude.....	151
Capítulo 8: Em que aspectos a virtude ou o bem moral se fundamentam no sentimento, e até que ponto se baseiam na razão e na natureza das coisas....	158
 APÊNDICE A	
Breves observações do Dr. Edward Williams acerca do fim último da criação..	165
 APÊNDICE B	
Breves observações do Dr. Edward Williams acerca de “a natureza da virtude”	171
 APÊNDICE C	
Exame das concepções de virtude em Jonathan Edwards e seus oponentes, Dr. Edward Williams	177
Bibliografia citada por Jonathan Edwards	187
<i>Índice remissivo</i>	189
<i>Índice de passagens bíblicas</i>	191



UMA DISSERTAÇÃO SOBRE
O FIM PARA O QUAL DEUS
CRIOU O MUNDO





Prefácio do primeiro editor



O autor destinou estas dissertações à consideração pública, e as escreveu como ora se apresentam. Caso sua vida não tivesse sido ceifada, é provável que as teria revisado e, em certos aspectos, tornando-as mais completas. Novos pensamentos, aqui e ali, porventura teriam sido acrescentados, e algumas passagens enriquecidas com novas ilustrações. Essa hipótese se baseia na descoberta de breves e esparsos apontamentos e ideias anotados em folhas avulsas misturadas aos manuscritos.

Apesar, todavia, de termos acesso ao esboço dessas ideias, as quais, acredita-se, Edwards pretendia aprimorar e integrar ao corpo da obra, ninguém mais é capaz de tal empreitada de modo a fazer jus ao autor. Por conseguinte, é provavelmente mais razoável que nenhum empreendimento dessa natureza seja tentado.

Embora estas dissertações tenham sido concebidas especialmente para os eruditos e inquisitivos, espera-se que os leitores sensatos e piedosos não se inclinem a objetar que a maneira que Edwards trata essas questões se eleve, em certa medida, acima do nível dos leitores comuns. Pois, conquanto debates superficiais e sermões desconexos possam bem acomodar-se a certos assuntos, e servir a fins valiosos, há outros, contudo, que exigem maior coerência e rigor. E, se um autor deixasse de tratar um tema de maneira justa, receoso de que os leitores mais simples não o compreendessem, bem poderia esperar que os mais inteligentes o rotulassem de leviano.

Nosso autor tinha um talento raro, pelo qual ia a fundo no conhecimento em busca da verdade. Ele sabia investigar largamente uma ideia e, por meio dela, enxergar consequências remotas. Portanto, muitas teorias que pareciam duras e estereis a outros, eram para ele campos agradáveis e frutíferos, que sua mente percorria com facilidade singular, proveito e animação. Esses estudos que, para alguns, cansam mente e corpo, eram para ele a recreação natural de um gênio, em que seu intelecto, sem esforço, praticava livre e espontaneamente. Raciocinar precisa e conclusivamente em torno de uma questão controversa era-lhe fácil e natural.

Tudo isso pode ser para explicar a maneira habitual com que tratava questões obscuras e controvertidas, que alguns achavam excessivamente metafísica. Mas a verdade é que seu método crítico de examinar a natureza de determinado tema

— sua exatidão e precisão na busca da verdade, comparando ideias, levantando consequências, apontando e expondo absurdos — o levava a reduzir a evidência a favor da verdade à forma de demonstração. Essa forma, sem dúvida, quando possível de ser obtida, é mais satisfatória para as mentes nobres e notáveis. Embora alguns leitores se canssem na tentativa de acompanhar seus avanços quando a subida é árdua, tudo, em geral, lhe era fácil. Assim era seu amor singular pela verdade, seu discernimento e sua propensão natural a encontrá-la. Suas ideias lhe eram claras, mesmo que alguns leitores as tenham considerado obscuras. Portanto, muitos elementos das obras de Newton e Locke, que pareciam ininteligíveis ou obscuros aos iletrados, eram claros e vívidos a esses ilustres autores e aos seus leitores estudiosos.

Os temas aqui tratados são sublimes e de suma importância. O *fim* para o qual Deus criou o mundo era, indubitavelmente, um assunto digno dele e, por consequência, o mais excelente e glorioso possível. Logo, esse fim é digno de ser conhecido por toda criatura inteligente, uma vez que é excelente em si mesmo e digno do seu estudo. E, sendo a virtude verdadeira o que distingue os habitantes do céu, bem como todos os bem-aventurados candidatos àquele mundo de glória, dos demais, não pode haver, por certo, outro assunto mais interessante.

Na opinião do nosso saudoso autor, as noções equivocadas que alguns homens sustentam acerca do fim para o qual Deus criou o mundo e sobre a verdadeira virtude têm a tendência natural de corromper o cristianismo e destruir o evangelho do nosso Redentor divino. Foi, sem dúvida, por essa razão, no exercício de uma preocupação piedosa com a honra e a glória de Deus e de um respeito compassivo pelos interesses dos seus semelhantes que esse autor devoto e instruído se encarregou da obra a seguir.

Que o Pai das luzes sorria sobre os esforços e objetivos piedosos e benevolentes do seu servo e os coroe com sua bênção!

Samuel Hopkins, 12 de julho de 1765.



Apresentação:

A ordem da criação e o fundamento da vida moral



Jonathan Edwards, figura central da teologia americana do século 18, dedicou seus últimos anos a desenvolver uma visão madura que integrasse de forma coerente a criação, a moralidade e o destino humano. Essa síntese alcançou seu apice nas obras *O fim para o qual Deus criou o mundo* e *A essência da verdadeira virtude*, escritas entre 1755 e 1756 como partes complementares de uma única dissertação, enquanto residia em Stockbridge, Massachusetts. Edwards havia se mudado para Stockbridge em 1751, após deixar o ministério em Northampton, passando a atuar como missionário e pastor entre indígenas e colonos. Publicadas postumamente em 1765 sob o título *Duas dissertações*, essas obras foram editadas e organizadas por Samuel Hopkins, discípulo próximo e responsável por preparar e difundir os manuscritos do autor após sua morte, em 1758. Elas devem ser lidas em conjunto, pois “uma é a imagem espelhada da outra; o ‘fim’ para o qual Deus criou o mundo deve ser também o ‘fim’ de uma vida verdadeiramente virtuosa e santa”.¹

O propósito de Deus: a criação como comunicação de sua glória

Na primeira dissertação, Edwards se propõe a responder uma pergunta fundamental: “Qual foi o fim para o qual Deus criou o mundo?” Contra a ideia de que o mundo foi criado por causa do ser humano ou para a felicidade das criaturas, ele argumenta que o único fim apropriado à perfeição divina é, de fato, a glória de Deus. Esse argumento se fundamenta em um raciocínio filosófico profundo: o fim último de um agente perfeito deve ser aquilo que é absolutamente digno em si mesmo – e nada é mais digno do que Deus. Portanto, o fim último da criação, o qual governa toda a obra divina, deve refletir aquilo que é absolutamente digno e valioso em si, sem dependência de causa exterior.

¹“Editor’s Introduction”, in: Jonathan Edwards, “Ethical Writings”, em: *Works*, edição de Paul Ramsey (New Haven: Yale University Press, 1989), vol. 8, p. 5.

A criação, portanto, não visa suprir uma carência em Deus, mas é uma extensão de sua própria plenitude. Como resume Paul Ramsey: “A criação do mundo foi a comunicação da glória divina aos seres capazes de conhecê-la e dela participar”.² Edwards entende a glória divina como o esplendor de suas perfeições, tais como sabedoria, poder, justiça, misericórdia, sendo reconhecidas e amadas por criaturas inteligentes. Assim, o bem das criaturas está incluído na glória de Deus, mas não é um fim em si mesmo: é meio para a exaltação divina.

Essa ideia está enraizada na concepção de Edwards de que “perceber o ser apenas, é propriamente ser”, ou seja, somente seres conscientes, como Deus e os homens, são seres no sentido mais verdadeiro.³ Isso faz com que o fim da criação seja pessoal e relacional: trata-se de Deus se comunicando com criaturas capazes de recebê-lo.

A verdadeira virtude: consentimento ao Ser supremo

A segunda, *A essência da verdadeira virtude*, representa a aplicação ética da teologia apresentada na primeira dissertação. Aqui, Edwards examina o que constitui a virtude autêntica — não apenas em termos sociais ou aparentes, mas na essência do coração do fiel regenerado. Sua definição é precisa, ou seja, a verdadeira virtude consiste no consentimento, propensão e união de coração ao Ser em geral, isto é, Deus.⁴

Ele rapidamente qualifica essa noção ao afirmar que a benevolência universal só é verdadeiramente virtuosa quando nasce da união cordial com Deus. Em síntese, a mente verdadeiramente virtuosa busca, acima de tudo, a glória de Deus, e faz disso seu fim supremo, governante e último.⁵ Portanto, a verdadeira virtude está enraizada em um amor que se volta ao Ser supremo, e dela derivam todas as outras expressões virtuosas, como compaixão, gratidão, justiça e amor ao próximo.

Essa estrutura mostra que Edwards não reduz a virtude ao mero altruísmo, mas a ancora em uma afeição que transcende o homem: o amor a Deus por quem Deus é. Ele critica duramente a noção de que a moralidade pode se fundamentar exclusivamente no amor-próprio ou em inclinações naturais, mesmo que esses sentimentos gerem ações socialmente benéficas. Para ele, “as disposições naturais são inteiramente diversas da boa vontade verdadeiramente virtuosa”.⁶

O amor-próprio e o amor a Deus: a transformação do centro da afetividade

Uma das contribuições mais notáveis da segunda dissertação é a distinção refinada que Edwards faz entre diferentes formas de amor. Ele reconhece que todo ser humano na sua própria felicidade, mas nega que isso, por si só, constitua virtude. O amor-próprio

²Ibidem, p. 31.

³Ibidem, p. 21.

⁴Ibidem, p. 27.

⁵Ibidem, p. 31.

⁶Ibidem, p. 33.

pode ser transformado, quando a felicidade pessoal passa a consistir na glória de Deus. Assim, Ramsey resume: “Se há algum amor a Deus aceso na vontade humana, esse deve ser o próprio amor de Deus, infundido nos corações humanos”.⁷

Trata-se de uma espiritualização radical da ética: o amor virtuoso não é ampliar o ego, e sim tirar o foco de si mesmo no nível mais profundo do ser. O homem regenerado encontra seu bem supremo fora de si, em Deus, e ama o outro não como extensão de si, mas como participações do mesmo Ser divino. Essa visão é expressa de forma poderosa quando Edwards escreve que a felicidade do fiel consiste na felicidade do outro, e não porque ama o outro por interesse, mas porque “nosso coração já está unido a eles em afeto”.⁸

A virtude verdadeira, portanto, requer que sejamos unidos aos outros de forma tão completa que “olhamos para a felicidade deles como se fosse a nossa”.⁹ Isso reflete não apenas a ética cristã do amor ao próximo, mas também a união mística entre os eleitos e Deus em Cristo, conforme expresso na oração sacerdotal de Jesus: “Que todos sejam um. E como tu, ó Pai, estás em mim e eu em ti, também eles estejam em nós” (Jo 17.21).

A estrutura lógica das dissertações: ordem e dependência

A ordem das dissertações é essencial para compreendê-las. Edwards esperava que o leitor lesse primeiro *O fim para o qual Deus criou o mundo* antes de passar para *A essência da verdadeira virtude*. Isso é evidenciado por referências internas explícitas que tratam a primeira como “obra anterior”.¹⁰ Há também elipses na argumentação da segunda obra que só podem ser compreendidas à luz da primeira, especialmente onde ele diz que o leitor deve reler o argumento anterior para entender o que está sendo dito.

Ramsey defende essa ordem editorial com base em evidência textual e lógica: “A presente edição reproduz a unidade e a sequência das partes componentes da edição original das *Duas dissertações*”.¹¹ A implicação teológica é clara: a verdadeira virtude só pode ser compreendida corretamente à luz do propósito divino na criação. Ética sem teleologia é, para Edwards, truncada e potencialmente enganosa.

Estes dois tratados também têm uma relação direta com o conteúdo de *Caridade e seus frutos*, série de sermões pregada por Edwards em 1738, em Northampton, Massachusetts.¹² Todas essas obras partem do mesmo fundamento teológico e, embora abordem a questão em níveis diferentes, isto é, filosófico, teológico e

⁷Ibidem, p. 20.

⁸Ibidem, p. 121, nota 3.

⁹Ibidem, p. 16.

¹⁰Ibidem, p. 7.

¹¹Ibidem, p. 3-6.

¹²Jonathan Edwards, *Caridade e seus frutos: um estudo sobre o amor em 1 Coríntios 13* (São José dos Campos: Fiel, 2015).

pastoral, descrevem a mesma realidade espiritual: o amor cristão como essência e centro da vida moral.

Em *O fim para o qual Deus criou o mundo*, Jonathan Edwards afirma que o propósito supremo da criação é a manifestação da glória de Deus. A felicidade das criaturas está incluída nesse plano, mas não é o objetivo principal, é consequência da comunhão com Deus. Em *A essência da verdadeira virtude*, Edwards define a verdadeira virtude como benevolência para com o “Ser em geral”, enraizada no amor a Deus, o Ser supremo. Mais que simples moralidade natural, trata-se de uma afeição regenerada, orientada para a glória divina e para o bem universal.

Em *Caridade e seus frutos*, Edwards apresenta, de forma pastoral e devocional, o amor descrito em 1Coríntios 13, explorando suas características e implicações práticas. A “caridade” aqui não é mera bondade humana, mas o amor de Deus derramado no coração do fiel pelo Espírito Santo, que se manifesta no trato com o próximo e na vida comunitária.

A ligação é clara: o amor de *Caridade e seus frutos* é a expressão prática da “virtude verdadeira” do segundo tratado, *A essência da verdadeira virtude*. Ambas têm como origem o amor a Deus e se voltam ao bem dos outros, sendo inseparáveis do fim supremo estabelecido no primeiro tratado, *O fim para o qual Deus criou o mundo*. Ou seja, o amor cristão é fruto visível da vida que glorifica a Deus.

Assim, os dois tratados juntos oferecem o fundamento filosófico e ético para o amor, enquanto *Caridade e seus frutos* mostra sua aplicação na vida real. A unidade entre eles revela a visão elevada de Edwards: a vida cristã autêntica é participação no amor divino, que visa a glória de Deus e o bem comum dos homens.

Implicações: unidade entre metafísica, ética e teologia

A originalidade de Edwards em *Duas dissertações* reside na unidade que propõe entre ontologia, afetividade e moralidade. Ele parte de uma concepção metafísica do ser, em que Deus é o único Ser absoluto e fonte de todo ser, e mostra que a ética verdadeira é uma participação desse ser pela via do amor. Sua proposta não é moralista nem mística, mas uma síntese profunda entre criação, redenção e santificação.

Essa visão tem implicações profundas para a vida cristã. Edwards não admite um cristianismo nominal, nem uma ética baseada apenas em princípios naturais. Para ele, sem a regeneração do coração e a infusão do amor divino, o homem pode até praticar o bem, mas não conhecerá a virtude verdadeira. Sintetizando seu pensamento, a disposição ou afeto de coração, “aquela propensão de mente ao Ser em geral”, é a graça verdadeira e a santidade real.¹³

As *Duas dissertações* de Jonathan Edwards oferecem ao leitor moderno uma alternativa vigorosa às concepções antropocêntricas da moralidade. Contra visões que colocam o homem como medida de todas as coisas, inclusive da ética, Edwards

¹³“Editor’s Introduction”, p. 31-2.

propõe que somente Deus, como Ser supremo e fim último, pode fundamentar a virtude. Ao fazer isso, ele não anula o valor do bem comum, da justiça ou da compaixão, mas os subordina a um bem infinitamente maior: a glória de Deus.

Portanto, *O fim para o qual Deus criou o mundo* e *A essência da verdadeira virtude* devem ser lidas como duas faces de uma única moeda: o desígnio eterno de Deus e sua realização prática no coração humano. Ao unir a metafísica da criação com a ética da redenção, Edwards nos oferece não apenas um tratado sobre teologia ou moral, mas uma visão transformadora da realidade. E, com isso, responde de maneira brilhante à pergunta: por que o mundo existe? Para que, por meio dele, o amor divino resplandeça e se manifeste como virtude nos corações regenerados.

Finis mundi et virtutis vera est gloria Dei.

Franklin Ferreira,
reitor e professor de Teologia Sistemática
e História da Igreja do Seminário Martin Bucer,
São José dos Campos-SP.
Capitol Hill Baptist Church,
Washington, D.C., Estados Unidos.



Introdução: Com explicações de termos e posicionamento geral



Com o propósito de evitar confusão em nossas investigações sobre o fim para o qual Deus criou o mundo, devemos observar a distinção entre o fim *principal* para o qual um agente realiza qualquer obra e o fim *último*. Essas duas expressões nem sempre carregam o mesmo significado: embora o fim *principal* seja sempre um fim *último*, nem todo fim *último* é, necessariamente, principal. O fim *principal* se opõe ao fim *inferior*, o fim *último* se opõe ao fim *subordinado*.

Um fim *subordinado* é o que um agente almeja, não como um fim em si mesmo, mas por causa de um propósito *maior*, para o qual esse é considerado um meio. Por exemplo, quando um homem viaja para obter um remédio que restaure sua saúde, a obtenção do remédio é o fim subordinado, pois ele não valoriza esse objetivo em si, mas unicamente como meio de alcançar o objetivo maior, isto é, a restauração de sua saúde. Se separarmos o remédio do propósito maior, o remédio perderá seu valor.

Um fim *último* é o objetivo do agente em si; é o que ele ama, estima e aprecia por seu próprio valor, e não meramente como meio para um fim ulterior. É o que ocorre, por exemplo, com um homem que gosta do sabor de certa fruta e está disposto a gastar tempo e dinheiro para consegui-la, simplesmente pelo prazer de sentir aquele gosto que ele preza, como quem ama o próprio leite; não meramente por causa de qualquer outro bem que aquele prazer seja o meio de obter.

Alguns fins são subordinados, não somente por estarem subordinados a um fim *último*, mas também por dependerem de outro fim que, por sua vez, é meramente subordinado. Sim, podemos ter uma sucessão ou cadeia de fins subordinados, cada um dependente do outro, cada um procurado por causa do outro, antes de chegarmos em algo que o agente almeje e busque pelos próprios méritos. Por exemplo, um homem vende uma peça de roupa para obter dinheiro, para comprar ferramentas, para arar a terra, para obter uma colheita, para lhe fornecer alimento, para saciar sua fome. E ele deseja saciar sua fome porque isso é o que lhe agrada. Nesse exemplo, o fim de vender sua roupa para conseguir dinheiro é apenas um fim subordinado; e

está subordinado não somente ao fim *último* — o saciamento de sua fome — mas também a um fim mais próximo: a compra de ferramentas agrícolas. E a obtenção das ferramentas é apenas um fim subordinado, nesse caso, ao fim de arar a terra. Lavar a terra não é um fim em si, mas visa a plantação que produzirá a colheita de grãos; e os grãos são desejados para fazer pão; e o pão é desejado para saciar a fome.

Aqui, o saciamento da fome é chamado de fim *último*, porque é o último elo na cadeia dos objetivos humanos: a obtenção daquilo que foi almejado. Então, quando um homem realiza algo em que seu desejo termina e descansa, sendo esse algo valorizado em si, ele chegou a um fim *último*, seja a cadeia mais comprida ou mais curta; sim, basta que haja apenas um elo ou um passo que anteceda o fim último. É como um homem, apreciador de mel, que o coloca na boca por causa do prazer de saboreá-lo, sem visar a mais nenhum objetivo em seu ato. Portanto, o fim de um agente pode ser *imediatamente* e *último*; fim *próximo* e fim *último*. Aquele fim que é almejado em si, não por causa de um propósito maior, é um fim último; nele, jaz e se encerra o objetivo do agente.

Algo desejado pode ter a natureza de um fim último e de um fim subordinado. Esse objetivo pode ser buscado parcialmente por seu próprio valor, e parcialmente por causa de um fim maior. Por exemplo, um homem pode buscar o amor e respeito de alguém, em parte, porque é agradável aos homens ser objetos do amor e estima dos outros; e, em parte, porque espera, por meio da amizade, receber ajuda em outras questões, e assim obter vantagem para alcançar fins maiores.

Um fim *principal*, que é o oposto de um fim *inferior*, se difere de um fim último. Esse fim principal é altamente valorizado e, portanto, mais procurado pelo agente em suas empreitadas. É evidente que um fim ser mais valorizado do que outro, não é o mesmo que ser um fim de valor *último* ou desejável por seus próprios méritos. Essa tese ficará evidente ao considerarmos:

1. Dois fins diferentes podem ser últimos, mas não principais. Eles podem ser valorizados por si mesmos, e os dois procurados na mesma ação; mesmo assim, um desses fins pode ser mais valorizado e desejado do que o outro. Assim, por exemplo, um homem viaja com o objetivo de alcançar dois benefícios diferentes, sendo que ambos lhe agradam pelo que são. Mesmo assim, um deles pode ser muito mais agradável do que o outro, e, então, esse será o principal desejo do seu coração. Em outro exemplo, um homem viaja, parcialmente para buscar sua querida noiva e parcialmente para satisfazer sua curiosidade de examinar um telescópio ou outra lente recém-inventada e extraordinária. Esses motivos não são subordinados um ao outro e, portanto, os dois podem ser motivos *últimos*. No entanto, a busca de sua amada noiva talvez seja o fim *último* do homem, e o benefício da lente seja seu fim *inferior*.

2. Nem sempre o fim último é o principal, pois alguns fins subordinados são *mais* valorizados e desejados do que alguns fins *últimos*. Por exemplo, um homem viaja com duas finalidades: visitar seus amigos; e receber uma grande quantia em dinheiro. Essa última finalidade pode ser apenas subordinada. O homem não estima

a prata e o ouro *em si*, mas pelo prazer, satisfação e honra que eles lhe trazem. O dinheiro é valorizado somente como meio de alcançar outros fins. Contudo, o recebimento do dinheiro pode ter mais importância e, dessa maneira, ser nessa viagem um fim mais elevado do que o prazer de ver os amigos. Contudo, este fim é valioso em si, e, assim, constitui um fim *último*.

Nesse ponto, trago várias observações:

Em primeiro lugar, quando dizemos que alguns fins *subordinados* são *mais* valorizados do que alguns fins *últimos*, não estamos afirmando que um fim subordinado seja mais valorizado do que aquele ao qual está subordinado. É por isso que se chama fim *subordinado*, pois é procurado não apenas por seu próprio valor, mas em subordinação a uma finalidade *maior*. Entretanto, um fim subordinado pode ser mais valorizado do que *outro* fim *último* ao qual não está subordinado. Por exemplo, um homem viaja com o propósito de receber uma quantia em dinheiro, na verdade, pelo prazer e honra que o dinheiro lhe trará. Nesse caso, é impossível que o motivo *subordinado*, isto é, a posse do dinheiro, seja *mais* valioso do que o prazer e honra que o dinheiro lhe confere. Seria absurdo pensar que ele preza o meio mais do que o fim, pois só valoriza o meio por causa do fim. No entanto, valoriza o dinheiro, embora esse seja apenas um fim subordinado, *mais* do que *outro* fim *último* ao qual este não está subordinado e com o qual não tem conexão: por exemplo, o prazer de uma visita amistosa, que era um dos fins últimos da viagem.

Em segundo lugar, o fim último é sempre *superior* ao fim subordinado, e mais valorizado pelo agente, a não ser que o fim último dependa completamente do subordinado. Se o agente não tiver nenhum outro meio pelo qual possa alcançar o fim último, então o subordinado talvez adquira tanto valor quanto o fim último, pois, nesse caso, este fim depende inteiramente daquele. Por exemplo, imaginemos que uma mulher grávida quer comer uma fruta rara que só se encontra no quintal da casa de uma amiga sua. A mulher vai até a casa da amiga com o propósito de conseguir aquela fruta. O fim último da viagem é satisfazer seu forte desejo. A obtenção da fruta é o fim *subordinado* daquele fim. Se a mulher grávida entender que seu desejo não poderá ser satisfeito por *nenhum* outro meio, senão pela obtenção daquela fruta, e se ela crer que seu desejo certamente será satisfeito se conseguir a fruta, então valorizará a fruta tanto quanto valoriza a gratificação do seu desejo. Caso contrário, não dará tanto valor à fruta. Se a mulher *duvidar* de que a fruta seja suficiente para satisfazer seu desejo, não valorizará a fruta da mesma forma que valoriza a satisfação do próprio desejo. Ou, se souber de *outra* fruta capaz de satisfazer seu desejo, pelo menos *em parte*, e puder obtê-la sem dificuldades obstando a gratificação; ou, se seu desejo não puder ser satisfeito sem essa fruta, tampouco só com ela, sem algo para acompanhá-la, então o valor que a mulher dará ao fim último será *divido* entre esses vários componentes, em muitos fins subordinados, nenhum dos quais pode *sozinho* ter o mesmo valor do fim último. Portanto, raramente um fim subordinado será *tão* valorizado quanto seu fim último, pois a conquista do fim último dificilmente depende de apenas *um* meio